

evidências empíricas reveladas na pesquisa específica sobre as três escolas secundárias seleccionadas. Semelhante exercício teria a vantagem adicional de possibilitar o apuramento rigoroso da especificidade que vários estudos têm atribuído à escolarização feminina em Portugal, comparativamente com a observada na generalidade do contexto europeu, permitindo deste modo confrontá-la com as tendências apontadas pelos autores consultados.

O terceiro diz respeito à análise dos dados empíricos obtidos e refere-se a uma incongruência dos resultados apresentados. Quando a autora procede ao apuramento da classe social de origem dos alunos que constituem o total da amostra das três escolas secundárias (quadro n.º 2.2, p. 41), acaba por concluir, apressadamente, ser «a classe mais frequentada o operariado (25,3%)» (p. 40). Tal não corresponde à realidade e resulta de um erro de classificação das classes e fracções de classe consideradas, tendo sido neste estudo contabilizadas as três fracções da pequena burguesia habitualmente discriminadas nos estudos que envolvem o apuramento das classes sociais — a pequena burguesia técnica e de enquadramento, a pequena burguesia de execução e a pequena burguesia proprietária —, como se de três classes sociais autónomas verdadeiramente se tratasse. Somando as percentagens referentes aos alunos originários destas três fracções da pequena burguesia, verifica-se que esta constitui, de facto, e por larga maioria (64,2%), a verdadeira fonte de recrutamento estudantil das três escolas consideradas.

Resta-nos apenas esperar que mais títulos como este venham a enriquecer o património colectivo da sociologia da educação em Portugal.

MARIA MANUEL VIEIRA

*A. Lemos Figueiredo, C. Lorga da Silva e V. Sérgio Ferreira, Jovens em Portugal: Análise Longitudinal das Fontes Estatísticas (1960-1997)*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 272 páginas.

Num momento em que vão proliferando estatísticas sobre as mais diversas temáticas sociais e em que a informação ocupa um lugar importante no conhecimento da sociedade portuguesa é indiscutível o interesse deste livro sobre os *jovens em Portugal*.

No âmbito dos trabalhos do Observatório Permanente da Juventude, e após o levantamento e sistematização de uma vasta base estatística relativa aos jovens portugueses, este estudo, da autoria de três sociólogos, divulga muita dessa informação, procedendo a uma síntese e análise da mesma.

Se bem que o título do estudo (bem como algumas das reflexões feitas ao longo do texto) refira que se trata de uma análise longitudinal da informação estatística, a perspectiva de abordagem não segue o percurso, ao longo das várias idades, de con-

juntos de pessoas sujeitas a um mesmo acontecimento de origem (por exemplo, o nascimento). A óptica de abordagem adoptada é, assim, de tipo transversal, em que o grupo dos jovens (aqui identificado com o grupo de idades 15-29 anos) vai sendo caracterizado em momentos precisos do tempo em função de áreas temáticas particulares. Desta forma, as séries de dados estatísticos apresentadas, tal como os comentários que acompanham essas informações, dão a conhecer o modo como esta população (que, nos vários momentos do tempo, integra o grupo de idades convencionado como «jovem», grupo que se pretende associado a uma fase particular do ciclo de vida marcada pela transição para a vida adulta: a *juventude*) se vai posicionando (evoluindo) ao longo do tempo, segundo várias áreas.

As áreas que mereceram especial atenção por parte dos autores deste estudo foram as seguintes: demografia, família, educação e formação profissional, emprego e desemprego, saúde e condutas de risco, sinistralidade, justiça (capítulos I a VII).

A propósito do modo como se encontra organizado o estudo, cada tema é apresentado, desenvolvido e concluído no capítulo respectivo, não existindo, assim, uma conclusão final que articule as várias áreas exploradas. Trata-se de uma opção que, embora tenha algumas vantagens, nem sempre é a melhor, impedindo, por vezes, uma apreensão integrada da *juventude*, fase do ciclo

de vida (tal como nas outras fases) em que os campos (família, emprego, educação, saúde, etc.) só artificialmente se acham separados.

Relativamente ao tipo de informações analisadas, e embora os autores chamem a atenção para a pluralidade de situações sociais específicas da população juvenil, tal pluralidade é essencialmente apreciada em termos de género e de grupo etário, sendo escassas as referências a outras dimensões dessa pluralidade, nomeadamente a dimensão regional (salvo no capítulo da demografia, onde se incluem algumas observações desse âmbito).

Apesar destas objecções, ou outras, é indiscutível o interesse e o mérito deste estudo.

A relevância da análise não se esgota na importância numérica do grupo dos jovens (grupo que representa cerca de um quarto dos portugueses) ou nos benefícios que representa a apresentação coerente, organizada e arrumada de dados sobre este grupo etário ao longo de um período de quase quatro décadas (desde 1960 até à actualidade).

Neste estudo, os jovens portugueses são caracterizados, não unicamente em função de singularidades (muitas delas inerentes à própria fase de transição para a vida adulta), mas também em função de traços consonantes com as recentes tendências em curso na sociedade portuguesa: diminuição dos níveis de nupcialidade; adiamento da formalização dos projectos de vida conjugal, de maternidade e de paternidade; secularização do matrimónio; quebra dos níveis globais de fecun-

didade; aumento da importância dos nascimentos fora do casamento; ampliação da população escolarizada; complexificação dos itinerários profissionais; compressão do mercado de trabalho (para as camadas mais jovens e mais velhas); terciarização da estrutura produtiva, entre outras.

Registe-se também a facilidade de leitura deste estudo, a qual não é sinónimo de menor rigor dedicado à apresentação: os conceitos são, sempre que necessário, clarificados; o tipo de dados, as limitações e as potencialidades da informação disponível em cada uma das áreas consideradas são cuidadosamente apresentados; o frequente recurso a gráficos facilita a percepção das situações observadas; o tratamento estatístico da informação é elementar, predominando o cálculo de valores percentuais por grupo etário e/ou por sexo; a linguagem utilizada na descrição das principais tendências observadas é acessível e para a compreensão de algumas das dinâmicas sociais verificadas figuram oportunas referências a outros estudos sociológicos realizados.

Assim, e destinado a um público relativamente alargado, o valor acrescentado de uma abordagem estatística (mesmo que pouco complexa, como é aqui o caso) feita ao serviço do conhecimento da sociedade portuguesa através da sociologia fica patente neste estudo, em que as estatísticas sobre a população valem não apenas por si, mas pelos seus conteúdos e significados sociais respectivos.

MARIA JOÃO VALENTE ROSA

*Eduardo Viegas Ferreira, Crime e Insegurança em Portugal — Padrões e Tendências, 1985-1996*, Oeiras, Celta Editora, 1998, 135 + XVI páginas.

Crime e insegurança são dois terrenos em que a investigação sociológica portuguesa não se tem aventurado significativamente. Se excluirmos os inquéritos de vitimação realizados em 1992 e 1994 pelo Gabinete de Estudos e de Planeamento do Ministério da Justiça, o livro de Eduardo Viegas Ferreira constitui a primeira abordagem sistemática às relações entre ambos. A partir das ocorrências criminais registadas pelas autoridades policiais e dos dados dos dois inquéritos de vitimação, o autor traça uma análise da criminalidade portuguesa na primeira metade da década de 90, visando um duplo propósito: por um lado, analisar o número de crimes e a sua incidência territorial, integrando, «na medida do possível, os efeitos específicos de alguns factores sociais sobre a emergência e o desenvolvimento de algumas práticas «delinquentes»» (p. 2); por outro, contribuir para uma melhor compreensão dos motivos que estão na origem do aumento de sentimentos de insegurança manifestados por uma parte muito significativa da população portuguesa.

O livro estrutura-se em torno de cinco capítulos. No primeiro caracteriza-se o número de crimes por grandes categorias criminais e, dentro de cada uma destas, pelos principais ti-